

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.446 - SC (2019/0233552-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **PAULO MARCONDES BRINCAS - SC006599**  
: **RENATO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) - SC008540**  
: **MARLI COLLMAN - SC039286**  
**AGRAVANTE** : **JOSÉ MACHADO**  
**ADVOGADO** : **WASHINGTON PATRICK RÉGIS E OUTRO(S) - SC023862**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTES EM PARTE OS PEDIDOS VENTILADOS NA PEÇA INAUGURAL. INSURGÊNCIA DE AMBOS OS LITIGANTES.*

*IRRESIGNAÇÃO DA RÉ*

*SUPPLICADA QUE SUSTENTA QUE O CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES NÃO CONFERIU AO REQUERENTE O DIREITO À SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA. RÉ INTIMADA PARA APRESENTAR O CONTRATO EM QUESTÃO OU A RADIOGRAFIA COMPLETA CORRESPONDENTE, SOB PENA DE PRESUNÇÃO DOS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL. COMANDO NÃO ATENDIDO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBANTES CAPAZES DE COMPROVAR QUE A AVENÇA FOI FIRMADA NA MODALIDADE DE HABILITAÇÃO. ÔNUS QUE INCUMBIA À RÉ, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JULGADOR QUE CORRETAMENTE PROLATA A SENTENÇA SEGUNDO AS DIRETRIZES DO ART. 359, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO INALTERÁVEL.*

*PRESCRIÇÃO. MATÉRIA EM DEBATE QUE SE SUBMETE À DISCIPLINA DO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E ARTS. 205 E 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. DECISÃO DA SEGUNDA SEÇÃO DA CORTE DA CIDADANIA, CONFORME A LEI DOS RECURSOS REPETITIVOS. DECURSO DO LAPSO TEMPORAL EXTINTIVO IMPOSSÍVEL DE SER AFERIDO PELAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. ÔNUS PROBATÓRIO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 333, INCISO II, DO CÂNONE PROCESSUAL CIVIL.*

*RECURSO DO AUTOR*

*VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO PARA FINS DA APURAÇÃO DO NÚMERO DOS VALORES MOBILIÁRIOS A SEREM INDENIZADOS AO SUPPLICANTE. CRITÉRIO DO BALANCETE MENSAL CORRESPONDENTE AO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. ENUNCIADO DA SÚMULA N. 371 DO*

# Superior Tribunal de Justiça

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*'Nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização' (Súmula 371 do STJ).*

*DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. DECORRÊNCIA LÓGICA DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NESTA SEARA. ENFOQUE VEDADO.*

*DOBRA ACIONÁRIA. AUSÊNCIA DE PLEITO NA EXORDIAL E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DE PRONUNCIAMENTO NA SENTENÇA. PEDIDO FORMULADO APENAS NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO QUE CONFIGURA INOVAÇÃO RECURSAL. ENFOQUE VEDADO NESTA SEARA.*

*JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO. EXEGESE DO ART. 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DOS ARTS. 397, PARÁGRAFO ÚNICO, E 405, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. DECISÃO ADEQUADA QUANTO AOS DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.*

*CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO NÚMERO DE AÇÕES FALTANTES. APLICAÇÃO A PARTIR DA FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SENTENÇA ALTERADA NESSE ASPECTO. DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. ATUALIZAÇÃO DESDE A ÉPOCA EM QUE ERAM DEVIDOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.*

*HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PLEITEADO ARBITRAMENTO DA VERBA EM QUANTIA FIXA, COM ESPEQUE NO ART. 20, § 4º, DO CPC. ALEGADA INVIABILIDADE DE ESTIMAR O VALOR DA CONDENAÇÃO. QUANTIA PASSÍVEL DE SER VERIFICADA. SENTENÇA IRREPARÁVEL NESSE PONTO.*

*'[...] em ações de perfazimento obrigacional resultante da subscrição deficitária de ações de empresa de telefonia, os honorários advocatícios não devem ser fixados em valor determinado, mas em percentual, adotado o de 15%, tendo como base de imposição o valor patrimonial das ações a serem complementadas ou, no caso de conversão da obrigação em indenização por perdas e danos, sobre a quantia que, a tal título, vier a ser encontrada na etapa de liquidação' (Des. Trindade dos Santos).*

*INSURGÊNCIA DO REQUERENTE E DA SUPPLICADA MONTANTE INDENITÁRIO. APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA MAIOR COTAÇÃO DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A INTEGRALIZAÇÃO E A IMUTABILIDADE DA DECISÃO. PARÂMETRO QUE MELHOR CONCRETIZA O ORDENAMENTO JURÍDICO NO QUE TANGE À REPARAÇÃO CIVIL. DECISUM MODIFICADO.*

*RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E REBELDIA DO DEMANDANTE PARCIALMENTE CONHECIDA E ALBERGADA EM PARTE" (e-STJ fls. 270/272).*

Em reexame de matéria repetitiva, foi proferido acórdão com a seguinte ementa:

*"REEXAME EM APELAÇÃO CÍVEL. DEMANDA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR AMBOS OS CONTENDORES.*

*ARESTO PROLATADO POR ESTE COLEGIADO QUE REJEITOU A*

# Superior Tribunal de Justiça

PRELIMINAR, NEGOU ALBERGUE AO APELO DA RÉ, ENFOCOU EM PARTE E DEU PARCIAL PROVIMENTO À INSURGÊNCIA DO AUTOR. DIREITO INTERTEMPORAL. DECISÃO PUBLICADA EM CARTÓRIO EM 17-07-12. APLICAÇÃO DOS ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS N. 2, 3 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DE PROCESSO CIVIL DE 1973. RECURSO ESPECIAL MANEJADO PELA REQUERIDA PRETENDENDO, DENTRE OUTROS PEDIDOS, VER ALTERADO O CRITÉRIO UTILIZADO PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DA AÇÃO PARA FINS DE CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS. INCONFORMISMO DIRIGIDO À CORTE DA CIDADANIA. ADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL N. 1.301.989/RS, DE QUE TRATA A MULTIPLICIDADE DE RECURSOS COM FUNDAMENTO IDÊNTICO À QUESTÃO DE DIREITO, COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO, SOB A RELATORIA DO MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, QUE ESTIPULOU DEVER SER CONVERTIDA A OBRIGAÇÃO DE SUBSCREVER AÇÕES EM PERDAS E DANOS MULTIPLICANDO-SE O NÚMERO DE AÇÕES DEVIDAS PELA COTAÇÃO DESTAS NO FECHAMENTO DO PREGÃO DA BOLSA DE VALORES NO DIA DA IMUTABILIDADE DA DECISÃO. COLEGIADO QUE, DIANTE DAS DISPOSIÇÕES DO NOVEL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/15), REFLUI NO POSICIONAMENTO ATÉ ENTÃO ADOTADO PARA SEGUIR O JULGAMENTO EM CARÁTER REPETITIVO. ACÓRDÃO GUERREADO REFORMADO EM CARÁTER DE REEXAME" (e-STJ fl. 482).

A agravante, à fl. 492, reitera as razões expendidas no apelo nobre. Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 203/216).

No especial (e-STJ fls. 309/322), além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação dos artigos 267, VI, e 333 do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz que a parte recorrida não celebrou qualquer contrato de participação financeira, seja na modalidade de plano de expansão (PEX) seja na de planta comunitária (PCT), constituindo-se a relação jurídica entre as partes em contrato de habilitação telefônica, solicitado em 3/8/1999.

Afirma que após 30/6/1997, os usuários interessados em adquirir nova linha telefônica "passaram a solicitar o serviço à Companhia mediante ao pagamento de uma pequena taxa de instalação, (...) tal modalidade contratual deixou de gerar direito a participação financeira" (e-STJ fl. 311).

Sustenta que a parte autora não apresentou provas de possuir contratos de participação financeira, ônus que lhe competia, importando, desse modo, em ausência de interesse de agir.

Menciona que se deve utilizar para a apuração do valor devido, "mesmo no caso da conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, o valor do título acionário auferido na data da integralização do capital investido pelo autor" (e-STJ fl. 314).

# Superior Tribunal de Justiça

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 346), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Preliminarmente, há de se esclarecer que não se analisa no presente agravo a questão referente ao critério de conversão da indenização em perdas e danos em virtude de que, quanto a esse ponto, a decisão de inadmissibilidade proferida pelo Tribunal de origem aplicou a orientação constante de paradigma repetitivo (REsp nº 1.301.989/RS - Tema nº 658) para negar trânsito ao recurso especial.

Contra essa parte da decisão agravada, caberia à parte interpor o competente agravo interno de que trata o artigo 1.030, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Já no que tange ao ônus da prova, referente à alegação de não se trata o caso de contrato de participação financeira e sim de habilitação telefônica, o aresto recorrido concluiu que a recorrente, apesar das oportunidades concedidas, não trouxe aos autos qualquer documento que comprove tal afirmação.

Eis a letra do acórdão na parte em que interessa:

"(...)

*Ocorre que na hipótese vertente a Ré não trouxe aos autos, quando o ônus lhe competia, o contrato firmado entre as Partes ou a respectiva radiografia contratual, documentos hábeis a comprovar a data em que o pacto fora firmado, e, conseqüentemente, se a avença não correspondia à participação acionária.*

*Isso porque, compulsando o caderno processual, observa-se que os documentos de fls. 179-180, por si só, não servem para embasar a alegação da Demandada, já que se tratam de simples impressão de tela de computador que não contém a assinatura de nenhum dos Litigantes e, portanto, não podem ser considerados como prova fidedigna de que o contrato em questão não abrangia a modalidade de participação financeira.*

*Desse modo, não está demonstrada a tese de enquadramento do contrato como sendo de simples habilitação alegada pela Requerida, ônus que lhe incumbia, nos termos do art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil" (e-STJ fls. 277/278).*

Nesse contexto, alterar a conclusão da instância ordinária para considerar que a documentação encartada nos autos comprova que as partes firmaram contrato de habilitação telefônica esbarra no óbice das Súmulas nºs 5 e 7/STJ, tendo em vista que demandaria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Referido óbice também incide em relação ao recurso interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço parcialmente do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em atendimento ao disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na origem em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação para 17% (dezessete por cento), em favor do advogado da parte recorrida, observado, se for o caso, a concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

